

Estudo Técnico Preliminar 19/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 63052.000106/2024-01

2. INTRODUÇÃO

2.1 A Equipe de Planejamento da Contratação da Base Fluvial de Ladário, nomeada pela Portaria nº 34/BFLa, de 14 de julho de 2023, apresenta o seguinte Estudo Técnico Preliminar (ETP), para análise de sua viabilidade técnica e levantamento dos elementos essenciais que serão utilizados para a elaboração do Termo de Referência (TR), com o objetivo de melhor atender às necessidades da Administração.

2.2 Este Estudo Preliminar foi elaborado de modo a evidenciar a necessidade de aquisição de equipamentos de proteção individual, coletiva e de sinalização pela BFLa, bem como a melhor solução para a necessidade apresentada, em cumprimento ao art. 6º da Instrução Normativa SEGES Nº 58, de 08 de Agosto de 2022

2.3 A licitação/contratação será disciplinada pela Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021.

3. Descrição da necessidade

3.1 A Base Fluvial de Ladário (BFLa) é uma Organização Militar, da Marinha do Brasil, classificada como Prestadora de Serviços Industriais (OMPS-I). Possui em sua estrutura um Departamento Industrial, responsável pela execução de todas as atividades industriais de construção, manutenção e reparos navais, dotadas de pessoal qualificado e infra-estrutura adequada.

3.2 Dentre as competências da BFLa, destacam-se as seguintes atividades: prover facilidades de atracação, docagem ou encalhe aos navios da Marinha do Brasil atracados ou em trânsito; prover serviços de manutenção e reparo para os navios atracados na área ou em trânsito; prover serviços de manutenção e reparo, a nível de 2º e 3º escalões para os navios; prover a construção de embarcações miúdas; prover apoio de rancho (refeição) e manter a manutenção das residências funcionais (PNR - Próprios Nacionais Residenciais).

3.3 Para realizar todo esse arcabouço de atividades, esta Organização Militar necessita adquirir diversos equipamentos de proteção individual, coletiva e de sinalização que serão utilizados pelos militares e servidores civis, visando a integridade física e a proteção do usuário contra riscos capazes de ameaçar sua segurança ou saúde.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPARTAMENTO INDUSTRIAL	CT (RM2-EN) RENAN AVANCE RIBEIRO

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 O objetivo dessa licitação é selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e de garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

5.2 Os equipamentos e materiais ofertados deverão atender as especificações técnicas dentro dos padrões mínimos de qualidade estipulados pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), bem como estar de acordo com a Norma Regulamentadora (NR6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI).

5.3 A comprovação do disposto neste artigo deverá, quando solicitada, ser feita mediante apresentação de certificados emitidos por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Com base em pregões eletrônicos de objeto similar conduzidos pela própria BFLa, verifica-se ampla participação de fornecedores capacitados para fornecer os itens licitados.

6.2 Efetuou-se também pesquisas na internet para levantamento das opções disponíveis no mercado e para contribuir na elaboração dos descritivos.

6.3 Pela natureza do objeto a ser licitado envolver entrega de material de consumo de natureza comum, de pequeno vulto e baixa complexidade técnica, e levando em conta o histórico de participação de processos licitatórios anteriores realizados por esta Base, não será permitida a participação de entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

6.4 Devido a especificidade dos Itens, local de entrega e condições de pagamento, não foi encontrada soluções mercadológicas que atendam as necessidades específicas desta administração. Bem como, não foram encontradas ARPs de órgãos locais, que pudessem suprir nossas necessidades emergenciais.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Contratação de empresas para o fornecimento de equipamentos de proteção individual, coletiva e sinalização que esteja apta para cumprir todas as exigências legais, condições, prazos e especificações técnicas solicitadas.

7.2 Adotar-se-á o sistema de registro de preços, em razão da necessidade de contratações frequentes e efetivada de forma parceladas e os materiais elencados atenderem a demanda de mais de um órgão ou entidade da Administração Pública, nos termos dos incisos I e V do art. 3º do Decreto 11.462/23.

7.3 A aquisição será realizada mediante Licitação na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço por item, tendo em vista a possibilidade de obtenção de valores mais vantajosos para a Administração, conforme condições do Edital e seus Anexos.

7.4 Foi realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços e cumprido o preconizado no art. 9º do Decreto nº 11.462/23.

7.5 Para efetivar as aquisições será utilizado como instrumento contratual a Nota de Empenho, em vista de tratar-se de entrega imediata, ressaltando que a empresa se vincula a sua proposta e ao edital e seus anexos, sendo que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021, neste casos, o fornecedor reconhece os direitos da Administração previstos nos artigo 139 da mesma lei.

7.6 A solução escolhida é a que mais apresenta vantajosidade operacional, técnica e financeira.

7.7 A presente contratação NÃO se enquadra na classificação de custeio previstas no art. 2º da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Os quantitativos foram estimados a partir do efetivo de militares lotados em cada departamento da BFLa.

8.2 O quantitativo estimado levou também em consideração as Organizações Militares e Meios Operativos (Navios) sediados no Complexo Naval de Ladário e Corumbá – MS, conforme demonstrado abaixo:

- Comando do 6º Distrito Naval – Com6ºDN;

- Capitania Fluvial do Pantanal – CFPN;
- Hospital Naval de Ladário – HNLa;
- 1º Esquadrão de Helicópteros de Emprego Geral do Oeste – HU-61;
- Centro de Intendência da Marinha em Ladário – CeIMLa;
- Centro de Hidrografia e Navegação do Oeste – CHN-6;
- Comando da Flotilha de Mato Grosso – ComFlotMT;
- 3º Batalhão de Operações Ribeirinhas – 3ºBtlOpRib; e

8.3 As estimativas das Organizações Militares citadas no subitem anterior foram enviadas pelo Sistema de Gerência de Documentos Eletrônicos da Marinha (SiGDEM 2.0), conforme previsto no Planejamento de Licitações para o Exercício Financeiro de 2024 (BONO ESPECIAL SEDE de 15 de fevereiro de 2022, do Comando do 6º Distrito Naval) e foram lançados no sistema IRP pelo Centro de Intendência da Marinha (CeIMLa), órgão responsável pela centralização da execução financeira das Organizações militares listadas no subitem 7.2.1, exceto, o Hospital Naval de Ladário que possui execução descentralizada.

8.4 As quantidades das organizações militares que enviaram suas demandas está demonstrada na Planilha de Quantitativo do Órgão Gerenciador e Participantes.

8.5 Os quantitativos estimados também têm por base a previsão de aquisição, conforme disponibilidade de recurso financeiro e necessidade de reposição por conta da vida útil e descarte.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.702.310,19

9.1 A estimativa baseou-se na pesquisa de preços realizada para fins de determinação do preço estimado, mediante os parâmetros preconizados no art.5º da IN nº 65/2021, conforme Planilha Estimativa de Custos e Cotações, em anexo ao processo.

9.2 Utilizou-se como metodologia para obtenção do preço estimado a média dos de 3 (três) preços obtidos oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5º, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

9.3 Para pesquisa de preços, utilizaram-se os seguintes parâmetros: cotações do sistema Banco de Preços (incisos I e II, art. 5º, da IN 65/2021) e sítios eletrônicos especializados (inciso III, art. 5º, da IN 65/2021).

9.4 Os preços coletados foram analisados de forma crítica, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados em razão da existência de grande variação entre os valores apresentados.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Conforme a regra, a aquisição será por itens devido à natureza divisível do objeto, levando em consideração o mercado fornecedor, favorecendo assim a ampliação da competitividade em consonância com o disposto no § 2º, Art. 40, da Lei 14.133/21.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não haverá necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes com o objeto da contratação em estudo.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Da adequação entre a contratação, planejamento e os instrumentos de governança PCA e PLS.

12.1.1 As Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG, de acordo com o § 2º, do art. 1º do Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não indicando assim a obrigatoriedade de implantar o Plano Anual de Contratação (PCA) no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações dentro dos moldes da Instrução Normativa nº 1, de 10 de janeiro de 2019.

12.1.2 Apesar do disposto no subitem 12.1.1 e sem prejuízo da observância do princípio do planejamento, o Programa de Aplicação de Recursos (PAR), utilizado por esta força, demonstra compatibilização com o PCA como instrumento de governança das contratações Públicas, conforme objetivado abaixo.

12.1.3 Com fulcro no parágrafo único, do art. 1º, do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, incluído pelo Decreto nº 11.137, de 18 de julho de 2022 c/c subitem 1.12, da SGM-102 (NORMAS SOBRE LICITAÇÕES, ACORDOS E ATOS ADMINISTRATIVOS), o objeto da contratação está previsto no Programa de Aplicação de Recursos (PAR), conforme detalhamento a seguir:

12.1.4 Código PAR: 0002/2024.

12.2 Da utilização do PLS.

12.2.1 Não existe compatibilidade geral entre o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) e outro instrumento normativo instituído pela força, que englobe todos os critérios vislumbrados no PLS. Entretanto, as definições generalizadas referentes aos critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, não deixam de ser atendidos pelo órgão de forma isolada, conforme detalhamento a seguir:

12.2.1.1 A sustentabilidade econômica está embarcada na utilização do PAR, conforme subitem 12.1.4;

12.2.1.2 Sustentabilidade social é levada em consideração pela equipe de planejamento na elaboração do item 6 seus subitens;

12.2.1.3 Para a sustentabilidade ambiental é aplicado nas contratações a "Política Ambiental, comissão de meio ambiente e coleta seletiva de resíduos sólidos", instituída pela Ordem Interna nº 40-03 de 20 de maio de 2020, da Base Fluvial de Ladário, em conformidade com o estabelecido nas normas NORTAM-02/DPC - 1ª Revisão, da Marinha do Brasil e Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010.

12.3 Esta licitação visa atender as demandas das Organizações Militares subordinadas ao Comando do 6º Distrito Naval (Com6ºDN), conforme previsto no Planejamento de Licitações para o Exercício Financeiro de 2024.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Cumprir a Norma Regulamentadora 6 (NR-6) que determina o fornecimento completo de EPIs para todos os trabalhadores.

13.2 Manutenção de estoque para pronto fornecimento aos usuários.

13.3 Reduzir o número de incidentes de trabalho, além de minimizar os impactos em casos de acidentes.

13.4 Economicidade, eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos materiais e/ou financeiros da administração pública.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Designar representante/perito para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

14.2 Cabe a Marinha facilitar o ingresso dos funcionários da Contratada, devidamente identificados, para realizar a entrega no Almoxarifado da BFLa.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Descarte irregular de resíduos - se o EPI teve exposição a produtos químicos, ele deve ser descartado separadamente com uma indicação de que se trata de um equipamento com potencial de contaminação. Estes devem ser colocados em tambores próprios para resíduos infectantes e que recebam a classificação de Resíduos Classe I e assim receber a destinação correta.

15.2 Consoante consulta feita ao Guia Nacional de Licitações Sustentáveis elaborado pela Consultoria geral da União, a contratação pretendida não envolve atividade de fabricação ou industrialização enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013.

15.3 Quando a sustentabilidade ambiental, para todos os itens a contratada deverá:

- Observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificados do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Tendo como base os elementos colhidos durante os Estudos Técnicos Preliminares, essa equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação, com base no Estudo Técnico Preliminar consoante o inciso XIII, art. 9º, da IN 58, de 08 de agosto de 2022, da SEGES/ME.

16.2 Ao fim da elaboração deste ETP, não há necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16.3 Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que materializa o Estudo Técnico Preliminar da contratação em tela, o qual traz o conteúdo necessário para a elaboração do Termo de Referência.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE LUCAS DA SILVA SANTOS

Equipe de planejamento

RENAN AVANCE RIBEIRO

Equipe de planejamento